

Editorial

Um ano para não esquecer

Marcel Bursztyn, Carlos Saito, Gabriela Litre, Patrícia Mesquita

doi:10.18472/SustDeb.v12n3.2021.41182

Em 2020, abordamos em nosso editorial *Annus Horribilis* [SiD 11(1)], o impacto que a pandemia da Covid-19 estava provocando em todas as esferas da vida humana: na saúde, na economia, na relação entre a política e a ciência, dentre outras. O início do ano de 2021 trouxe esperança, já que a ciência trabalhou intensamente e com determinação, e desenvolveu vacinas em tempo recorde. Mas, chegamos ao final do ano com alguns pontos de interrogação:

Até que ponto as vacinas são uma garantia contra os riscos da pandemia, se parte da população se recusa a ser imunizada e alguns governos não dão a devida importância aos riscos?

É possível eliminar os riscos sem que toda a população do planeta esteja devidamente imunizada?

Como combinar o esforço de algumas nações em imunizar sua população com a ideia de uma imunização planetária, visto que as economicamente mais desenvolvidas adquiriram antecipadamente grande quantidade de doses de vacinas e fizeram estoques para futuro reforço em sua população, reduzindo o acesso às populações dos países mais pobres?

Como evitar o surgimento de novas cepas do Coronavírus e qual a relação entre o surgimento dessas novas cepas e o baixo nível de vacinação populacional de um determinado país ou região?

Como buscar a volta à normalidade social e das atividades econômicas, aos níveis pré-pandemia?

Como conciliar a democracia para todos e a defesa dos direitos de alguns a não se vacinarem?

São perguntas para as quais temos algumas possíveis respostas, mas o hiato entre a razão e as decisões políticas é muito grande. Países com baixos níveis de desempenho econômico, principalmente na África, ainda têm pouco acesso às vacinas. E sabemos que, da mesma forma que os grandes problemas ambientais mundiais, os desafios da saúde também dependem de soluções universalmente abrangentes. A vacina não pode, neste momento, ser tratada como mercadoria, seja para acumulação de capital pelo setor farmacêutico, ou no exercício de poder econômico e corrida para garantia de estoques futuros.

Muitas lições podem ser tiradas do drama humano imposto pela pandemia. O planeta precisa de mecanismos de ação em escala supranacional. É imperativo superar as desigualdades econômicas, regionais, sociais, raciais, e de gênero. As populações mais vulneráveis não são apenas parte do problema; elas são parte da solução.

Essa mesma forma de olhar para o mundo a partir da pandemia também se aplica ao enfrentamento de outros desastres, como as mudanças climáticas, e devemos chamar a atenção para isso.

O ano de 2021 foi também marcado por importantes eventos climáticos extremos (ondas de calor, incêndios florestais, chuvas intensas e enchentes). A Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 26), realizada em Glasgow, trouxe avanços, no sentido de compromissos para

a redução das emissões de metano (Compromisso Global de Metano¹). Mas revelou limitações graves, já que os compromissos são pouco consistentes, as metas pouco precisas e o efetivo envolvimento dos países acabou diluído em propostas evasivas, principalmente no curto prazo. No Brasil, cuja participação no evento de Glasgow foi marginal, a negligência e o negacionismo dos governantes chegou ao paroxismo, com fortes retrocessos nas políticas ambientais e escamoteamento de informações sobre o desmatamento da Amazônia, que sofreu forte avanço.

Ainda que o balanço seja preocupante, este ano não deve ser considerado como um momento a ser esquecido. Ao contrário, deve ser lembrado, como advertência aos riscos e como oportunidade para que novos arranjos e práticas sejam adotados na pesquisa científica.

No campo da ciência, ademais do formidável esforço que levou ao desenvolvimento das vacinas e de tratamentos, outros campos também mostraram uma enorme capacidade de adaptação aos novos tempos do distanciamento social. Na área socioambiental, muitas atividades de campo que ficariam suspensas até a volta aos tempos normais, passaram a ser substituídas pela interação remota com atores locais e agentes públicos. Pesquisadores cidadãos, membros das comunidades, foram incluídos em equipes de estudo. O resultado tem sido um grande avanço em processos de coconstrução de conhecimento, com maior grau de sintonia entre as perguntas formuladas na academia e as reais demandas da sociedade em nível local. O aprendizado tem sido rico, e um novo molde de pesquisa, com base em interações e processos participativos virtuais, parece ter vindo para ficar.

Um dos maiores aprendizados de 2021 é a confirmação da importância do pensamento sistêmico e colaborativo como a melhor forma de enfrentar as crises globais. Os países devem trabalhar juntos e com um maior foco na equidade. Milhões de pessoas empregadas em condições precárias e altamente vulneráveis, e a dita “uberização do trabalho” é apenas uma situação extraordinariamente ruim revelada pelo Coronavírus. Quantas situações deste tipo de indignidade e iniquidade ainda existem? Quantas pessoas ainda estão expostas à insegurança alimentar e fome? Onde e como milhões de pessoas estão trabalhando em condições inaceitáveis para permitir que outros tenham o tipo de alimento, produtos e oportunidades que querem?

Por outro lado, assim como não podemos lidar com a mudança climática sem uma ação global, que é realmente urgente, precisamos lembrar que os seres humanos não serão capazes de encontrar caminhos frente aos desafios atuais confiando apenas em ações globais, de cima para baixo. É necessário maior solidariedade em nível local, comunitário, de baixo para cima, com ações coordenadas e em rede.

A presente edição de SiD apresenta 13 artigos na seção *Varia* e também a lista de pareceristas que colaboraram com a avaliação dos trabalhos recebidos ao longo do ano. A todas e todos eles e elas somos imensamente gratos.

Nessa edição final de 2021, apresentamos um primeiro bloco de artigos relacionados à sustentabilidade da indústria têxtil. Scafuto *et al.* discutem sobre a relação entre a gestão de projetos e a inovação verde em empresas de tecidos sustentáveis, seguido por Albuquerque *et al.* com uma exposição sobre o gerenciamento dos resíduos têxteis pré-consumo da indústria de confecção do vestuário em Teresina (PI).

Em um segundo grupo de artigos, Assunção *et al.* apresentam um plano de gestão baseado na tecnologia de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) para cultivo de plantas medicinais no Rio de Janeiro, e Távora *et al.* discorrem sobre as percepções de produtores de arroz do Vale do Jequetepeque, no Peru, demonstrando a relevância de ações integradas para promover a adoção de inovações agrícolas. Mesquita & Cavalcante debatem sobre o papel do Programa Cisternas (de infraestrutura hídrica) para os agricultores familiares, focando no fortalecimento das capacidades adaptativas às mudanças climáticas no Semiárido Brasileiro. Tibúrcio, ainda tendo o Semiárido como foco, discorre sobre a Grande Seca da região (1877-1879), chegando à conclusão que não há muitos indícios que satisfatoriamente expliquem a magnitude do impacto da seca e fome nesse período. Ainda

no tema de escassez hídrica, Santos *et al.* apresentam uma discussão sobre a crise hídrica de São Paulo em 2013, trazendo elementos que corroboram para o entendimento que o risco de escassez de água é socialmente construído.

Mais relacionado à gestão, Braga & Fonseca discutem como as políticas ambientais se aperfeiçoam de modo reativo (e não proativo), usando os desastres de Mariana e Brumadinho como exemplos. Em seguida, Back *et al.* apresentam uma análise do Plano Diretor de São Paulo à luz dos princípios e diretrizes sobre cidade compacta, adaptação sustentável e adaptação baseada em ecossistemas, focando nas dinâmicas e conflitos existentes. Silva *et al.* discutem a ligação entre a gestão ambiental municipal e a conservação regional na Amazônia Oriental, de acordo com a percepção de agentes públicos do estado do Pará. Já Schossler *et al.* exploram as lições aprendidas da aplicação de uma metodologia participativa de avaliação de serviços ecossistêmicos no bioma Pampa Uruguaio, o método Tessa (*Toolkit for Ecosystem Service Site-Based Assessment*). Bilyk *et al.* discutem as abordagens para a introdução do orçamento de gênero dos países, um elemento vital para a garantia do desenvolvimento sustentável. E, por fim, Campos *et al.* discutem o papel das terras indígenas no estado do Amapá para a conservação florestal.

Desejamos a todas/todos uma boa leitura e um final de ano de saúde e paz.

NOTES:

1 | https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_21_5766

